



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 061

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE AGOSTO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 512/2003, do senhor Henrique Naigeboren, presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado,

em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Padre Paulo Campos, que pede esclarecimentos referentes à prestação de contas do município de Iguaçu. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº GAB/SARC/Nº 321/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo- substituto, comunicando que o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Catanduvas - Paraná, cuja identificação é a de nº MAPA/SARC nº 030/2003, no valor de R\$18.200,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nós, deputados da Bancada do Partido Liberal desta Casa de Leis, vimos por intermédio do presente, indicar os deputados Mauro Moraes, para líder da Bancada e Chico Noroeste, para vice-líder.

Certos da providência de V. Exa. desde já antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(aa) MAURO MORAES e
PASTOR EDSON PRACZYK

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que o projeto de Lei nº 355/2003, seja anexado ao Projeto de Lei nº 333/2003, por tratarem do mesmo assunto (dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual).

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição do Bloco Parlamentar Silvicultor da Assembléia Legislativa do Paraná, composto por 11 (onze) membros, para atuação até o final desta legislatura e com o objetivo de aproximar a base do setor da silvicultura dos representantes do povo neste Parlamento, exemplo da Frente Parlamentar de Silvicultura, constituída na esfera federal.

E, para melhor atender os objetivos de sua criação, este bloco parlamentar poderá promover a realização de fóruns, seminários e simpósios, em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa e/ou instituições representativas do setor, existentes nesta Estado e neste País.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ALEXANDRE CURI

MARCOS ISFER

Apoioamento:

Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Delegado Bradock, Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Silvicultura - agricultura das árvores.

Tem por objetivo fornecer matéria-prima ao do parque industrial papelero e moveleiro.

A palavra reflorestamento é impropriamente utilizada para designar a atividade correspondente à silvicultura, pois o reflorestamento é a recomposição de florestas nativas e não o plantio de árvores para alimentar a indústria.

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transformação da Sessão Ordinária do dia 07 de outubro em Sessão Especial SOS litoral, para debater a situação caótica dos municípios do litoral paranaense.

O evento SOS Litoral contará com a presença de autoridades do Governo do Estado, Conselho do Litoral, entidades não governamentais, prefeitos, vereadores e lideranças das comunidades.

Na oportunidade serão debatidos projetos de interesse do nosso litoral.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja transferida para o dia 17 de setembro, durante a Sessão Plenária Ordinária, a Sessão Solene em comemoração aos 168 Anos da Revolução Farroupilha, que inicialmente foi marcada para 15 de setembro, conforme requerimento aprovado em 12 de agosto passado.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o

douto Plenário, respeitosamente REQUER seja transferida a data da realização de Sessão Solene de entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, do dia 03 de setembro de 2003, às 17h00, para dia 17 de setembro de 2003, no mesmo horário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER licença para tratamento de saúde pelo prazo de cinco (05) dias, conforme atestado médico.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Edilson Alencar Barbosa, ocorrido dia 18 de agosto, por problemas de saúde, deixando viúva a Sra. Maria do Perpétuo Socorro Lama e deixa os filhos Adriana, Túlio, Felipe e João.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem a Edilson Alencar Barbosa, ex-deputado estadual do Paraná, na 8ª legislativa (1975 a 1978) na 9ª legislatura (1979 a 1983), quando foi o 4º secretário da Comissão Executiva e na 10ª legislatura (1984 a 1987) quando assumiu a suplência nos dois últimos anos.

Na Assembleia Legislativa, fez parte das Comissões de Agricultura; Terras, Irrigação e Colonização; Tomada de Contas; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Finanças e Saúde Pública. Representava a região de Assis Chateaubriand. Formado em Direito, Edilson Alencar Barbosa exerceu o cargo de diretor do Banco do Estado do Paraná no Governo de José Richa.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: Rua Otávio Borin, 1270 - Paranavaí - CEP: 87750-140.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Ferreira, advogado de conhecimentos jurídicos profundos e grande clientela, ocorrido no dia 17 de agosto de 2003.

Solicita ainda a especial gentileza de notificar à Sra. Maria Lúcia Moura Ferreira e suas filhas Aline, Lara e Livia, acerca de voto em apreço, à Rua Domingos dos Santos, 100, na cidade de Andirá, de CEP 86.380-000.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva, pelo transcurso de seu centésimo aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à Sra. Maria Elisabete dos Anjos Romanini, diretora do Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva, e externada aos funcionários e alunos, assim como a presidente da Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva, Sra. Ângela Pretti Teixeira e externada aos familiares, ambas na Av. Silva Jardim, 613, Rebouças - CEP 80230-130-PR.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um colégio da maior expressão de Curitiba e do Paraná. Pelos seus bancos passaram ilustres figuras da vida paranaense, que ajudam a formar este grande Estado. Seu corpo docente é integrado pelos valerosos e competentes mestres do quadro do magistério paranaense.

A Assembléia Legislativa não poderia deixar de homenagear a Direção, corpo docente e alunos deste importante colégio, por isso a iniciativa de propor o presente voto de congratulações.

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao atleta londrinense Walassi Ollieri Aires pela medalha de bronze na modalidade Tae Kwon Do - categoria acima de 80 quilos, conquistada no Pan Americano de Santo Domingo, no dia 16 de agosto.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao atleta no endereço Praça 1º de maio, 118 ap. 1501 Centro, CEP 86.010-100 Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Walassi Ollieri Aires, nascido em 21.04.81 em Londrina-PR. É atleta desde os 05 anos de idade pela Academia Pequeno Tigre da Tae Kwon Do. Formou-se

faixa preta aos 10 anos e começou a competir internacionalmente aos 12 anos.

Integrou a seleção Brasileira pela primeira vez aos 17 anos, seu auge foi alcançado em 1999, quando foi campeão do Festival Olímpico de Verão, em luta transmitida em rede nacional pelo programa Esporte Espetacular. No mesmo ano Walassi ocupou o primeiro lugar no ranking no Sul da América ao ser campeão sul-americano. Disputou o mundial realizado no Canadá e foi o melhor colocado de toda a Seleção Brasileira.

Disputou os torneios Pré-Olímpico, que se realizam respectivamente na Croácia e EUA e esteve competindo nos Jogos Pan Americanos de Winnipeg. Walassi Também participou do Mundial da Coreia. É vice-campeão dos Jogos Sul-Americanos, bi-campeão do 3º Circuito Olímpico, vice-campeão da Seletiva Universitária e por último 3º lugar nos Jogos Pan Americanos de Santo Domingo. Hoje Walassi faz parte da equipe permanente do Brasil que disputa vaga para as Olimpíadas de Atenas em 2004. Estes são apenas alguns dos títulos conquistados por Walassi em mais de 60 títulos disputados em nome do Brasil.

Frente às suas participações como atleta titular da Seleção Brasileira, Walassi foi considerado o melhor atleta de Tae Kwon Do, e foi homenageado pelo presidente da Confederação Brasileira de Tae Kwon Do.

Diante da conquista da medalha de bronze na modalidade Tae Kwon Do - categoria acima de 80 quilos, conquistada na Pan Americano de Santo Domingo, no dia 16 de agosto, cabe à Assembléia Legislativa do Paraná reconhecer publicamente os méritos inegáveis desse atleta londrinense que nos enche de orgulho.

REQUERIMENTO Nº 1628

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações ao atleta Rogério Aoki Romero, pela medalha de ouro obtida na modalidade 200 Metros Nado de Costas, conquistada no Pan Americano de Santo Domingo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao atleta no endereço Rua: Cornélio Procópio, 145, CEP 86.060-420 Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O atleta londrinense Rogério Aoki Romero é um acostumado a bater recordes, conquistar medalhas e obter bons resultados. A última vitória do nadador, de 34 anos, foi trazer a primeira medalha de ouro para a natação brasileira nos Jogos Pan Americanos de Santo Domingo, na modalidade dos 200m Nado de Costas, no dia 13 de agosto. Além da medalha de ouro, o atleta ainda garantiu

a classificação para os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004.

A mais recente conquista de Rogério Romero, que há 28 anos se dedica ao esporte, vem se somar aos 29 recordes sul-americanos, 41 recordes brasileiros, e às diversas medalhas e boas colocações obtidas em competições nacionais e internacionais, levando sempre as bandeiras do Paraná e do Brasil ao alto dos pódiums, dentro e fora do nosso País.

Rogério Romero treinou na Associação Cultural e Esportiva de Londrina (Acel) de 1976 a 1985. Depois mudou-se para o Clube do Golfinho, em Curitiba, onde treinou de 1986 a janeiro de 1991. Posteriormente, na cidade de Belo Horizonte, esteve no Minas Tênis Clube. No período de março de 1999 até as Olimpíadas de Sydney 2000 foi para os Estados Unidos, no Coral Springs Swin Club. Ainda em 2000, fez parte do Clube de Regatas do Flamengo e voltou ao Minas Tênis Clube em abril de 2001.

Diante da trajetória, cabe à Assembléia Legislativa do Paraná reconhecer publicamente os méritos inegáveis desse atleta londrinense que nos enche de orgulho.

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao médico curitibano, Dr. Edgar Barbosa Ribas, pela publicação e lançamento da obra “A História se Repete”, através da Editora Torre de Papel, que vem enriquecer a bibliografia paranaense.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O médico Edgar Barbosa Ribas, natural de Imbituva, pequena cidade dos campos vizinhos à Ponta Grossa, coroa sua brilhante trajetória de vida comunitária com este livro, coletânea de observações da História Universal.

Fundador da Guarda Mirim de Curitiba, sócio fundador da APR - Associação Paranaense de Reabilitação, fundador da FREI - Fundação de Recuperação de Indigente, que deu origem à atual FAS - Fundação de Ação Social da Prefeitura da Cidade de Curitiba, o escritor foi exemplar servidor público na área da saúde, junto ao governo do Paraná.

É também fundador do Comitê Paraná-Ohio, que fez importantes parcerias de intercâmbio cultural entre o nosso Estado e aquele Estado norte-americano. Dr. *Honoris Causa* da cidade de Miami e Cidadão Honorário do Texas. Membro ativo do Lions Club, onde foi conselheiro de planejamento, governador e presidente.

Toda esta vida comunitária não impediu Dr. Edgar Barbosa Ribas de absorver vasta cultura, extraí-la dos livros e das bibliotecas, e compartilhá-la na obra “A História se Repete”, hoje lançada em 2ª edição de interessantes 222 páginas.

Os capítulos se sucedem, meandros do vasto rio da história e da memória, a registrar episódios notáveis do drama e da comédia humanos.

Neste livro estão: As antigas memórias de trombetas capazes de derrubar fortalezas, tal aconteceu no longo dia em que Josué estendeu o curso do sol e fez tombar as muralhas de Jericó, para espanto daqueles que assistiam a infundável batalha.

Também a música dos combates, recomendada 3000 a.C., por Sun Tzu, no seu livro “Arte da Guerra”. Quando o inimigo é aterrorizado pelo soar dos gongos, tambores e flautas, que também têm a virtude de estimular a inusitada força dos guerreiros chineses.

Caminhos antigos e árduas viagens, percorridas por indômitos guerreiros, como a transposição dos Alpes, a sonhar a conquista de Roma, que nunca aconteceria, por Aníbal Barca, liderando um exército de generais, a cavalgar portentosos elefantes.

O rastro sangrento de hordas de bárbaros, tal os Janízaros, de Ivan O Terrível, que impuseram seu braço forte sobre todas as Rússias, tendo uma vassoura e uma cabeça de cão por escudo. Que remete à memória recente da vassoura de Jânio Quadros, o candidato a presidente, que empolgou o Brasil dos anos 50/60, com a promessa da varredura de todos os ratos que corroíam o Tesouro Nacional e a frustração de sua renúncia, na triste manhã de agosto de 1961.

Enfim, a leitura é saborosa, imprescindível àqueles que gostam de recordar, embarcados na imaginação, as insídias, os percalços, a ousadia, as lágrimas, os feitos, as dores, as alegrias, as vitórias, os sonhos e as esperanças desta já longa aventura dos humanos sobre a terra, onde: “A História se Repete”, como diz Edgar Barbosa Ribas.

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao londrinense Rogério Aoki Romero, pela medalha de ouro, conseguida nos jogos Pan Americanos 2003 - Modalidade Natação.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Rogério Aoki Romero - Rua Cornélio Procópio, 145 - Jd. Dom Bosco - CEP: 96.060-420 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao jornalista Coutinho Mendes, dedicado profissional, atuante pela Alvorada Pesquisa em Londrina.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao atleta londrinense Walassi Aires, medalha de bronze do Pan Americano de Santo Domingo pelo Tae Kwon Do brasileiro, Categoria acima de 80 quilos.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao atleta Rogério Aoki Romero, atleta londrinense que conquistou a medalha de ouro representando a natação brasileira, Categoria 200m Costas, no Pan Americano em Santo Domingo.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao radialista Fiori Luiz, atualmente pela Rádio Brasil Sul de Londrina, um dedicado profissional, responsável por transmitir informação e cultura a toda população de Londrina.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor à secretária de Cultura da cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, Edilane Maria de Castro, a qual não mede esforços para o apresto de atividades culturais, honrando a todos os habitantes daquela região por causa do brilhante trabalho realizado.

Cabe ressaltar que com a Temporada 2003, Circo Fundacam e o Festival Folclórico de Campo Mourão,

mais uma vez fica evidenciada a seriedade do trabalho dessa ilustre cidadã.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada, Sra. Edilane Maria de Castro, acerca do voto em apreço até o dia 31/08/2003, na Avenida Comendador Norberto Marcondes, 684, CEP: 87.303-100, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29/01/2003:

- quais foram os critérios usados para a escolha e nomeação do Sr. Antônio Rycheta Arten como diretor-presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A - AFPR;

- cópia do ato de nomeação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando melhores condições de trabalho aos funcionários do Instituto de Identificação de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, através de seu presidente: vereador Nilson Erno Hachmann e ao vereador Ilário Hofstaetter, autor da proposição.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Visando proporcionar condições mais dignas de trabalho mais funcionários do Posto de Identificação em Marechal Cândido Rondon, é necessário: contratação de mais funcionários; aquisição e instalação de um micro-computador; instalação de um telefone e acesso para os deficientes físicos, pois a situação é preocupante.

REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando estudos com vistas ao aproveitamento para Módulo Policial, do prédio onde funcionava o antigo

Posto de Saúde do Bairro Marechal, município de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, através do seu presidente: vereador Nilson Erno Hachmann, e ao vereador Oladir Turmina, autor da proposição.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Como há espaço físico no Bairro Marechal, sugerimos o aproveitamento do mesmo para a reimplantação de Módulo Policial, o que traria maior segurança aos moradores locais e vizinhança. Salientamos que, sendo o prédio pertencente ao município, existe o interesse do mesmo em ceder o espaço para a referida instalação.

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. diretor-geral do Detran, Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, solicitando a construção de uma nova sede para a Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito, de Marechal Cândido Rondon, pois as dependências atuais são pequenas para atender aquela região.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, através do seu presidente: vereador Nilson Erno Hachmann, e ao vereador Ilário Hofstaetter, autor da proposição.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É necessário lembrar que esta nova sede tenha espaço amplo e adequado para a prática de treinamento e exames para a habilitação à carteira de motorista, pois as ruas são ocupadas pelas auto escolas, prejudicando moradores e alunos que estão realizando as provas ou treinos.

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado o encaminhamento de expediente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, solicitando que sejam ampliados os estoques reguladores de milho no Estado do Paraná, através da oferta de contratos de opção, para entrega imediata, com a finalidade de evitar oscilações exageradas dos preços do milho, em época de entressafra da cultura em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se este requerimento devido à necessidade de se manter estoques estratégicos de milho em nosso Estado, com a finalidade de atender a demanda dos

produtores de suínos e aves em níveis adequados, de forma permanente durante todos os meses do ano. Assim ocorrendo, os produtores de milho serão beneficiados por se evitar uma maior queda em seus preços, devido a colheita do milho safrinha que incrementa a oferta de milho, e, ao mesmo tempo favorecerá os consumidores devido ao não incremento dos custos de produção do complexo carne, considerando-se aves, suínos e bovinos, em período de entressafra.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 439/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Centauro, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Centauro, com sede na Rua Esperidião Kalluf, 138, jardim Centauro, no bairro Uberaba, em Curitiba, está em pleno funcionamento desde 18 de maio de 2000, conforme documentação.

A entidade tem por finalidade avaliar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais do bairro Uberaba, seus problemas, recursos e aspirações; promove e contribui para o desenvolvimento da vida comunitária dos moradores do bairro Uberaba, nesta Capital. O trabalho da Associação é totalmente voltado para o bem-estar da comunidade do referido bairro, colaborando com o Poder Público no sentido da ação social voltada a integrar as pessoas economicamente menos favorecidas.

As carências da população daquele local são inúmeras e não admite protelar a resolução das mesmas, deixando margem para que a marginalidade ocupe o lugar que deveria ser do Poder Público. Dessa forma, imprescindível a colaboração de entidades que se disponham a atender as pessoas carentes.

Essa Associação já possui o título de Utilidade Pública, Municipal, necessitando do título estadual.

PROJETO DE LEI Nº 440/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança Pela Vida - APAV, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Positiva Aliança Pela Vida - APAV, tem sede na Avenida Europa, 46, em Cianorte.

Tem por objetivo a promoção da assistência social aos portadores do vírus HIV e de seus familiares, a promoção gratuita da educação sexual e os meios infecto-contagiosos do vírus HIV, especialmente da prevenção. Objetiva também a promoção gratuita de formas alternativas de tratamento da saúde física e psicológica do portador do HIV, a promoção gratuita de formas alimentares e nutricionais especiais para o portador do vírus do HIV e promoção do voluntariado.

A entidade vem prestando relevantes serviços à comunidade de Cianorte, motivando o apoio que vem recebendo das autoridades constituídas naquele município.

PROJETO DE LEI Nº 441/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná - AMA, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná - AMA, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e políticos; criada para representação artística, profissional e social dos músicos associados, estimulando o desenvolvimento artístico e profissional dos mesmos, sendo assim, a prestação de informação sobre eventos culturais e sociais visando o trabalho do músico associado; a Associação vem desenvolvendo um excelente trabalho com empresários gerando a expansão do trabalho dos associados e intermediando a oferta de trabalho do músico associado.

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres deputados e devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 442/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa - PR, que é entidade assistencial sem fins lucrativos, que tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, promovendo, além do amparo, a integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A iniciativa de justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade daquele município, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 443/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste tem como propósito promover, fomentar e divulgar a cultura através da música, sendo uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, tendo como objetivo a manutenção de banda musical, orquestra, fanfarra, coral e vocal, para participação em eventos religiosos, cívicos e culturais, entre outras promoções.

PROJETO DE LEI Nº 444/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dispõe sobre a concessão de gratuidade no transporte coletivo intermunicipal aos idosos com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - A gratuidade no pagamento será limitada a 04 (quatro) passagens por ônibus, sendo obrigatória a comprovação da idade através da apresentação de identidade para a compra do bilhete, sendo ainda necessária a reserva antecipada do bilhete com antecedência de 07 dias.

Art. 3º - O portador deverá identificar-se ao embarcar, munido de sua carteira de identidade, sendo o bilhete emitido, pessoal e intransferível

Art. 4º - As empresas concessionárias, permissionárias, ou autorizadas pelo Estado, que exploram o transporte coletivo intermunicipal, deverão adequar-se à presente norma, no prazo de 120 dias, a contar da vigência desta lei, ficando responsabilizadas pelo seguro de acidentes pessoais.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem como objetivo beneficiar os idosos, estendendo aos mesmos a gratuidade do transporte coletivo, para as passagens intermunicipais.

Diariamente nos deparamos com idosos pedindo auxílio financeiro para retornar às suas casas ou mesmo visitar um parente, mas devido às dificuldades financeiras que atravessam, ficam impossibilitados.

O que pretende o legislador constituinte é dar ao idoso um tratamento mais humano e mais digno.

Vale salientar que já existe lei que beneficia o idoso de 65 (sessenta e cinco) anos, estabelecendo ao mesmo a gratuidade do transporte coletivo dentro dos centros urbanos.

Cabe ao Estado promover ações que visem a dignidade e o bem-estar dos idosos.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente a aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 445/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto Brasileiro de Educação Ambiental - IBEAM, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 446/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora das Neves- Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau, mantido pela Associação Beneficente Educacional e Cultural das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - Medéias, com sede no município de Ibaiti e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Nossa Senhora das Neves - Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau mantido pela Associação Beneficente Educacional e cultural das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena- Medéias, com sede no município de Ibaiti e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto a coletividade de toda a região, buscando a prestação de serviços gratuitos, no interesse único da melhoria de vida da comunidade em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 447/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores com sede e foro no município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores, com sede e foro no município de Alto Paraná.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 03 de maio de 1987, e realiza, com sucesso o trabalho inerente à finalidade de sua criação.

Sendo uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, tem por objetivo principal, o estímulo ao desenvolvimento e a defesa das entidades econômicas, sociais e culturais de seus associados que trabalham na produção da seda.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 448/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas concessionárias de transportes públicos do Estado do Paraná, a conceder desconto de 50% nas passagens nos dias de eleições, federais, estaduais ou municipais.

Art. 2º - Esta lei não se estende para o trajeto intermunicipal.

Art. 3º - Os benefícios desta lei estendem-se a 1 (uma) hora antes do início da eleição, até, 1 (uma) hora depois do término desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O objetivo precípuo desta lei é fazer com que a obrigatoriedade de votar seja amenizada financeiramente. Para o cidadão mais humilde a obrigação de ter de ir ao local de votação faz com que este desfalque o seu orçamento, o que muitas das vezes nem chega a acontecer, pois, em grande parte dos casos, deixa-se de votar em virtude da falta de meios para se deslocar.

Além do mais, em dias de eleição, há um aumento sensível no número de passageiros, já que a mesma por ser sempre realizada no domingo faz com que nesse dia o movimento seja acima da média anual.

Dessa forma, o desconto nas passagens de 50% em nada irá afetar a receita das empresas e, por serem estas detentoras de uma concessão estatal e já que é o Estado que obriga o cidadão a sair de casa para votar, nada mais justo, que parta desta Casa Legislativa a iniciativa de facilitar o acesso do cidadão a esse direito que para muitos passa a ser obrigação.

PROJETO DE LEI Nº 449/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica nos estabelecimentos de ensino público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.

Parágrafo Único - A assistência psicológica e psicopedagógica abrangerá os níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Art. 2º - A implementação a que se refere o artigo 1º do *caput* desta lei, caberá à Secretaria de Estado da

Educação, a qual editará normas complementares necessárias.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação, contratará profissionais psicopedagogos para o preenchimento das vagas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação, podendo solicitar crédito suplementar.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa atender os alunos da rede estadual da educação infantil ao ensino médio, com assistência psicológica e psicopedagógica com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem. Esta lei se aprovada irá de encontro com a realidade educacional, pois esta prevenção, certamente contribuirá na redução do quadro de repetência. Um dos grandes problemas do sistema público de ensino, atualmente é o fracasso escolar, uma consequência na maioria das vezes de desvios e bloqueios emocionais de várias origens, como traumas no convívio social ou familiar, manifestados de diversas formas, leva invariavelmente ao baixo rendimento escolar.

A consequência maior é o atraso na formação do jovem para o mercado de trabalho e gera maior custo para o Estado.

PROJETO DE LEI Nº 450/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir nas escolas públicas estaduais do Estado do Paraná o Programa Minha Primeira Bíblia.

§ 1º - O presente projeto consistirá na entrega por parte do estado de uma Bíblia a todos alunos que houverem concluído a classe de alfabetização.

§ 2º - Os pais ou responsáveis que não queiram que seus filhos ou tutelados recebam a Bíblia, deverão por escrito, comunicar a direção da Escola.

§ 3º - Poderá o Poder Executivo firmar convênio com as prefeituras para a implementação deste programa nas escolas públicas municipais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da implementação desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Estadual da Educação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O que visa esta proposição é, através da fé, amenizar os problemas sociais que vem sendo enfrentado por todos nós. Independente de credo, só o fato de se possuir uma religião, contribui para afastar, principalmente os jovens, dos males que os rondam.

PROJETO DE LEI Nº 451/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquirido por pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

Art. 2º - O benefício previsto no artigo 1º, no que tange ao ICMS, somente poderá ser utilizado uma única vez, a cada 03 (três) anos, contados da data de aquisição do veículo.

Art. 3º - A isenção será reconhecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º - Fica assegurada a manutenção do crédito do ICMS relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 5º - O ICMS incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 6º - A alienação do veículo, adquirido nos termos desta lei antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

§ 1º - A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

§ 2º - Adquirido o veículo por pessoa que não seja portadora de deficiência, proceder-se-á a sua inclusão no regime comum de tributação, a partir do momento em que ocorrer a aquisição.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A implantação de regime de isenção de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - e IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física encontra-se na órbita da competência legislativa estadual, segundo os artigos 24, inciso I e 155, incisos I e III, da Constituição Federal.

A repartição constitucional de competência legislativa constitui característica indissociável de forma federativa de Estado entre nós. Salienta o constitucionalista Luis Roberto Barroso, que “União, Estados e municípios têm suas atribuições demarcadas pela Constituição Federal e estabelecem entre si relações que não têm a marca da hierarquia, mas a do desempenho por legitimação própria das funções constitucionalmente assinaladas”.¹

Em primeiro lugar, compete aos Estados legislar sobre direito tributário, observado as normas gerais estabelecidas em lei federal. A competência da União está lastreada na fixação de normas gerais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF), podendo os Estados exercer competência legislativa suplementar para atender às suas peculiaridades locais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF). A matéria relacionada ao direito tributário encontra-se submetida à competência legislativa concorrente, que estabelece um verdadeiro consórcio legislativo entre a União, os Estados, Distrito Federal e municípios porque permite a atuação dessas diferentes esferas de poder.

Sobre a competência legislativa concorrente, a indispensável lição do constitucionalista Raul Machado Horta:

“As Constituições Federais passaram a explorar, com maior amplitude, a repartição vertical de competências, que realiza a distribuição de idêntica matéria legislativa entre a União Federal e os Estados-Membros, estabelecendo verdadeiro condomínio legislativo, consoante regras constitucionais de convivência. A repartição vertical de competência conduziu à técnica da legislação federal fundamental, de normas gerais e de diretrizes essenciais, que recai sobre determinada matéria legislativa de eleição do constituinte federal. A legislação federal é reveladora das linhas essenciais, enquanto a legislação local buscará preencher o claro que ficou, afeiçoando a matéria revelada na legislação de normas gerais às peculiaridades e às exigências estaduais. A Lei Fundamental ou de princípios servirá de molde à legislação local.”²

1. BARROSO, Luis Roberto. A derrota da federação: o colapso financeiro dos Estados e Municípios. In: Temas de direito constitucional. Rio de Janeiro - São Paulo: Renovar, 2001. p. 142.

De outro lado, do direito tributário encontra-se submetido ao regime de repartição de competência concorrentes justamente porque a Constituição Federal reparte as rendas entre os entes da federação, de modo a garantir-lhes autonomia financeira para o exercício de seus misteres. Alexandre de Moraes aponta como característica indissociável da forma federativa de Estado, “a necessidade de que cada ente federativo possua uma esfera de competência

tributária que lhe garanta renda própria.” Ao princípio de pluralidade de centros de poder político deve corresponder “o princípio da pluralidade de centros de Poder impositivo, de tal maneira que a cada entidade política federativa corresponde um mínimo de competência impositiva, arrecadadora, de gestão e de dispêndio (de acordo com o que classifica no processo financeiro geral) - que lhe garanta atingir suas respectivas finalidades específicas por seus próprios meios.”¹

No mesmo sentido, a lição de Manoel Gonçalves Ferreira Filho: “A existência real da autonomia depende da previsão de recursos, suficientes e não sujeitos a condições, para que os Estados possam desempenhar suas atribuições. Claro que tais recursos não de ser correlativos à extensão dessas atribuições. Se insuficientes ou sujeitos a condições, a autonomia dos Estados-membros só existirá no papel em que estiver escrita a Constituição. Daí o chamado problema da repartição de rendas.”²

A cada uma das esferas de governo cabe, portanto, tributos próprios. Como explica Celso Ribeiro Bastos, “a tradição brasileira aponta no sentido da adoção do princípio da competência exclusiva no que se refere à repartição do poder de tributar. Esta competência exclusiva consiste em definir, no âmbito da própria Constituição Federal, os tributos de cada uma das esferas de governo, apontando no próprio texto constitucional o núcleo do fato gerador da obrigação fiscal.”³ Seguindo esta lógica, a Constituição Federal outorga aos Estados-Membros e Distrito Federal a competência para instituir impostos sobre “operações relativas à circulação de mercadorias sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior” (art. 155, inc. II) e sobre a “propriedade de veículos automotores” (art. 155, inc. III).

É certo que a doutrina e a jurisprudência têm encontrado dificuldades em identificar, no caso concreto,

o que sejam normas gerais a pretexto de traçar os limites da competência legislativa federal. O jurista José Adércio Leite Sampaio assevera ser possível a construção jurídica do conceito de normas gerais a partir das qualidades que uma norma deve apresentar para ser considerada como tal: “sua natureza principiológica ou diretiva (normas-diretrizes), a ‘fundamentalidade’ ou ‘essencialidade’ do objeto de sua disciplina para o sistema jurídico-constitucional, seu amplo alcance subjetivo, de modo a contemplar todos os entes públicos (norma de caráter nacional), e também objetivo, a disciplinar todas as situações ou institutos de mesma espécie (norma uniforme)”.⁴

Todavia, a instituição de regime de isenção no tocante a tributos estaduais não tem natureza principiológica ou diretiva, constituindo-se numa medida concreta e específica. Encontra-se na esfera da competência estadual para complementar a legislação federal. Tanto é assim que a Constituição Federal expressamente proíbe a União de “instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios” (artigo. 151, III). Esta vedação constitucional tem razão de ser na necessidade de assegurar a autonomia financeira dos Estados-Membros que poderia ser abalada ou até destruída se a União pudesse conceder isenção de tributos da órbita estadual. E, sem autonomia financeira, não há verdadeira autonomia política. Celso Antônio Bandeira de Mello lembra a fase de Alfieri que traduz, com maestria, esta idéia: “A chave do poder da república repousa na tesouraria nacional”.⁵

Com efeito, um dos princípios do sistema tributário brasileiro é, segundo José Afonso da Silva, o de que “o poder de isentar é ínsito ao poder de tributar”.

“Princípio de que o poder de isentar é ínsito ao poder de tributar, segundo o qual quem tem o poder de impor determinado tributo é quem tem o poder de estabelecer isenções. Esse, na verdade, é um princípio geral da tributação, que foi rompido pelo regime constitucional anterior que atribuía à União o poder de estabelecer isenções de impostos estaduais ou municípios em certas circunstâncias. Pois bem, agora vem o artigo 151, III, e se dirige à União (daí a inclusão aqui do princípio) para proibi-la de instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. É uma reação ao sistema anterior, sem necessidade, pois, para recuperar o princípio, bastava não autorizar a União a instituir isenções de tributos dessas entidades tributantes. A regra do artigo 155, parágrafo 2º, XII, que prevê que a lei complementar regule a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções e

2. HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. p. 366.

1. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 267.

2. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 44.

3. BASTOS, Celso Ribeiro. A Federação e o sistema tributário. In: BASTOS, Celso (coordenador). Por uma nova federação. São Paulo: RT, 1995, p. 104.

4. SAMPAIO, José Adércio Leite. A Constituição reinventada pela jurisdição constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p. 639.

5. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Apud GARCIA, Maria. Federalismo brasileiro: a repartição de rendas tributárias e o Município. Uma proposta. In: BASTOS (coord.). Por uma nova..., op. cit. p. 134.

outros benefícios sejam concedidos, não contraria o princípio, porque são as próprias entidades tributantes que vão deliberar sobre o assunto; mas se exige agora, por força do parágrafo 6º do artigo 150, acrescido pela EC 3/93, que esses benefícios só podem ser concedidos mediante lei específica.”¹

De outro lado, a matéria não se enquadra na órbita da competência legislativa municipal. Como ensina o mestre Alexandre de Moraes, “o artigo 30, II, da Constituição Federal preceitua caber ao município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, o que não ocorria na constituição anterior, podendo o Município suprir as omissões e lacunas da legislação federal e estadual, embora não podendo contraditá-las, inclusive nas matérias previstas no artigo 24, da Constituição de 1988. Assim, a Constituição Federal prevê a chamada competência suplementar dos Municípios, consistente na autorização de regulamentar as normas legislativas federais ou estaduais, para ajustar sua execução a peculiaridades locais, sempre em concordância com aquelas e desde que presente o requisito primordial de fixação de competência desse ente federativo: interesse local.”²

A competência legislativa municipal em matéria de direito tributário limite-se à complementação da legislação federal no tocante a tributos municipais, definidos no art. 156, da Constituição Federal.

Fixada a constitucionalidade formal do presente projeto de lei, em razão da matéria - isenção de ICMS e IPVA para a aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência - encontra-se na órbita de competência legislativa estadual, cumpre enfatizar que a iniciativa legislativa por parlamentar também é autorizada pela Constituição Federal. Não há, no tema, segundo a jurisprudência pacífica do egrégio Supremo Tribunal Federal iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo e sim regime de iniciativa concorrente entre Executivo e Legislativo:

“Observe-se que a regra de iniciativa do Poder Executivo para os projetos de lei referentes à matéria orçamentária é obrigatória para os Estados e Municípios; em face, porém, da ausência de previsão do artigo 61 da Constituição Federal, não se estende à iniciativa para os projetos de lei em matéria tributária. O legislador constituinte consagrou, em matéria tributária, a concorrência de iniciativa entre Executivo e Legislativo.

Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal que “a Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. A iniciativa reservada, por construir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo

legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado.”³

Do ponto de vista substancial, o presente projeto de lei busca implementar um princípio caro na realização da justiça social que é o da igualdade material, de fato que privilegia tratamento diferenciado a pessoas que se encontrem numa situação de desfavorecimento social, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência como um grupo social vulnerável e tratou de disciplinar técnicas a serem implementadas pelos Poderes Públicos e pela sociedade no sentido de sua integração social. Como ressalta Luiz Alberto David de Araújo.

“A igualdade, esta forma, deve ser a regra mestra de aplicação de todo o entendimento do direito à integração das pessoas portadoras de deficiência. A igualdade formal deve ser quebrada diante de situações que, logicamente, autorizem tal ruptura. Assim, é razoável entender-se que a pessoa portadora de deficiência tem, pela sua própria condição, direito à quebra da igualdade, em situação das quais participe com pessoas sem deficiência.

Assim sendo, o princípio da igualdade incidirá, permitindo a quebra da isonomia e protegendo a pessoa portadora de deficiência, desde que a situação logicamente o autorize. Seria, portanto, lógico afirmar que a pessoa portadora de deficiência tem direito a um tratamento especial dos serviços de saúde ou à criação de uma escola especial ou, ainda, a um local de trabalho protegido. Todas as situações quebram a igualdade (inicialmente entendida), mas apresentam autorização lógica para tanto.”⁴

O artigo 23, inciso II, da Constituição Federal elenca entre as competências administrativas comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a de “cuidar da saúde e da assistência pública”. Da mesma forma, o artigo 24, inciso XIV dispõe entre as competências legislativas concorrentes da União, Estados e Distrito Federal a de “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”. O artigo 37 elenca, entre as regras da Administração Pública direta e indireta federal, estadual, distrital e municipal, a de que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (inciso VIII).

O artigo 203, tratando da assistência social, dispõe como um de seus objetivos “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de

1. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 695.

2. MORAES, op. cit. p. 303.

3. MORAES, op. cit., p. 530-531.

4. ARAÚJO, Luiz Alberto David de. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência - CORDE, 1994. p.52.

sua integração à vida comunitária” (inciso IV, bem como “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (inciso V). O artigo 208, cuidando da educação pública, estabelece que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (inciso III).

O artigo 227, dispondo sobre programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, elenca como um de seus preceitos a “criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos” (inciso II). O parágrafo 2º, do artigo 227 estabelece, por sua vez, que “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivos, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

Em atenção aos comandos constitucionais, o legislador federal concedeu isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na aquisição de automóveis para utilização por pessoas portadoras de deficiência física (Lei 8989/95). Luiz Alberto David de Araújo, ao tratar do direito ao transporte das pessoas portadoras de deficiência, leciona que “esse direito não se materializa só pela colocação de ônibus adaptados à disposição das pessoas portadoras de deficiência (acesso aos transportes públicos), mas, também pelo favorecimento de condições de aquisição de meios para o transporte individual, ou seja, de veículos adaptados.

Estes deveriam ser objeto de isenção tributária integral, tendo linhas de financiamento próprias para que o portador de deficiência pudesse adquirir seu veículo, meio indispensável (diante da inexistência de transporte público adequado regular) para o exercício de sua cidadania.”¹

Como bem asseveram Paulo Afonso Garrido de Paula e Liliana Mercante Mortari, os direitos fundamentais das pessoas portadoras de deficiência não podem ser encarados como “concessão ou condescendência”, e sim como “imperativos de um Estado Democrático de Direito que percebe seus integrantes com as peculiaridades que lhe são próprias” a partir do “reconhecimento de direitos especiais, como a acessibilidade, inclusão, garantia ao trabalho, habilitação e reabilitação, profissionalização, atendimento educacional especializado, renda mínima, esportes e lazer adequados à sua condição, etc., de modo

a eliminar ou reduzir os obstáculos que impeçam o exercício da própria cidadania.”²

O presente projeto de lei caminha no sentido de implementar o que a doutrina do direito constitucional tem chamado de processo de “especialização subjetiva” dos direitos fundamentais que leva em consideração o homem concreto em suas diferentes fases da vida.³ A isenção de tributos estaduais para aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência é uma medida concreta na implementação de comando constitucionais que disciplinam a integração social deste grupo na nossa sociedade.

“É necessário [dizíamos, então] ter em vista que o sistema tributário é parte de um sistema econômico-social concreto, e qual teoria de uma tributação justa que não leve em conta a totalidade do sistema social cai na abstração metafísica.”⁴

Uma justa tributação passa pela concretização de projetos de justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhoras deputadas, senhores deputados, senhor presidente.

Subo à tribuna desta Casa, no dia de hoje, para cobrar das autoridades do Governo do Estado e também da Justiça do Estado do Paraná, maior firmeza em relação a essa onda “galopante” de invasão de terra que estamos vendo diariamente em nosso Estado. Nós, hoje, infelizmente, temos que constatar que o Estado do Paraná é o segundo Estado em invasões de terra no Brasil, perdendo apenas para o Estado de Pernambuco.

Gostaríamos de solicitar ao senhor secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazare, solicitar também ao secretário da Justiça, para que eles possam comunicar com mais celeridade e, acima de tudo, com mais firmeza, como eu disse anteriormente, já que o que estamos observando, lamentavelmente, é que a falta de autoridade por parte do nosso governo do Estado tem influenciado e até mesmo estimulado as invasões de terra. Conversei hoje pela manhã com um fazendeiro de Londrina, Kamal El Kadri, de uma família tradicional, que

1. ARAUJO, op. cit., p. 55.

2. GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso; MORTARI, Liliana Mercadante. A defesa dos interesses das pessoas portadoras de deficiência. In: Direitos da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Max Limonad, 1997. p. 131. Advocacia Pública e sociedade ano 1, nº 1. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

3. SAMPAIO, José Adércio Leite. A Constituição re-inventada pela jurisdição constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p. 703.

4. SILVA, op. cit., p. 221.

gera muitos empregos na nossa cidade, um pioneiro do Norte do Paraná e que teve a sua fazenda Quinta do Sol invadida nesse final de semana no município de Ortigueira. Uma fazenda com quatrocentos alqueires, com mais de um mil cabeças de gado, fora ovinos e eqüinos e que teve a sua cerca arrebitada, seus pastos destruídos; funcionários foram feitos reféns dos sem-terra que entraram em várias frentes nessa fazenda. E a denúncia mais grave que ele acabou me colocando é que o Poder Público Municipal daquela cidade poderia ter tido algum tipo de influência nessa invasão, facilitando ou mesmo instrumentalizando os sem-terra que invadiram essa propriedade. Uma fazenda que já estava com o solo sendo preparado com o calcário, para que o plantio de soja pudesse ser efetivado; cem alqueire estavam sendo arrendados para, inclusive, melhorar os ganhos desse fazendeiro, gerando vários empregos na cidade e, infelizmente, vemos que há um pouco de desinteresse por parte do governo do Estado. Cobramos a firmeza do senhor governador quando candidato ao Governo do Estado dizendo que iria tornar este Estado um paraíso e, infelizmente, isso não aconteceu.

Então, o apelo que faço aqui é para que a Justiça seja, mais uma vez, a mola-mestra da nossa sociedade e possa corrigir essas distorções, onde os sem-terra estão, infelizmente, tomando conta das nossas propriedades. Parece-me que são quase noventa propriedades no nosso Estado que estão, hoje, ocupadas pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. E aí eu reafirmo o compromisso quando coloquei a minha assinatura para que realmente se instale nesta Casa uma CPI para apurar o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária. E, mais do que tudo, esperamos que antes dessa instalação possamos ver a justiça sendo feita a bem da paz no campo, a bem da verdade, acima de tudo cumprir aquilo que determina a lei, obrigando aqueles que invadem terrenos alheios, terras produtivas, a desocuparem e deixarem os produtores rurais, que são chamados de donos de latifúndios, que são desrespeitados, inclusive, pelo Padre Roque Zimermann, que é o coordenador desse, como representante do governo do Estado, junto aos sem-terra.

Gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa esta minha preocupação na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria, primeiro, de pedir providências a Vossa Excelência, senhor presidente, entrei com um requerimento nesta Casa, no dia 02 de junho, ao secretário da Fazenda e até o presente momento não recebi a devida resposta, as devidas informações. Além de estar desrespeitando esta Casa, ele está desrespeitando uma medida

do próprio governador, que determinou que em cinco dias essas informações fossem prestadas. Tenho cópia do requerimento, deve estar registrado nos Anais da Casa e não recebi as informações. Na verdade, nem a medida do governador está valendo e também não está sendo respeitada esta Casa.

Senhores deputados, quero registrar aqui em uma questão que na última semana foi manchete dos jornais: das invasões de terras no Estado do Paraná. E vi uma declaração do secretário Padre Roque - uma pérola de declaração, acredito que ele tenha tirado da sua intelectualidade - aonde diz que no meio do Movimento Sem-Terra existe infiltração de traficantes. Quero dizer, senhor presidente, senhores deputados, que no meio do Movimento Sem-Terra, na verdade existe tráfico de influência, porque tem pessoas, deputado Plauto - é importante que V. Exa. ouça e talvez V. Exa. faça com que a sua CPI aconteça. O deputado Padre Roque disse, na última semana, que no meio do Movimento dos Sem-Terra existe tráfico de drogas.

Quero afirmar aqui, até fazer a defesa do Movimento, não existe tráfico no meio do MST, o que existe é tráfico de influência. Conheço cidades do Paraná que foram arregimentadas pessoas que estavam trabalhando e foram convencidas por funcionários que diziam ser funcionários de deputados e do secretário, para que deixassem o emprego e fossem acampar debaixo de barraco de lona. Pasmem os senhores, essas pessoas estavam empregadas, tinham a sua casinha na cidade, venderam e foram para esse acampamento! Acredito que essas pessoas são as menos culpadas. Acredito que as pessoas que estão usando o nome de instituições para arregimentar pessoas para assentamentos, não estão contribuindo em nada para a reforma agrária. Porque se continuar essa situação, de estarem arregimentando pessoas nas cidades, no quadro urbano, para levar para os assentamentos, não tenho dúvida nenhuma que em alguns dias não teremos mais margens de rodovias.

É importante, deputado Dobrandino, que V. Exa. que é amigo do governador Requião, diga para ele, peço ao secretário da Segurança, que faça uma profunda investigação nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se V. Exa. me permitir, faço uso do Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. tem o direito, e é seu o horário de cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço.

Deputado Dobrandino, é importante que o governador Requião determine uma investigação, porque não pode, se quisermos fazer uma reforma agrária.

Estamos vendo o Lula falando que não vai conseguir fazer o número de assentamentos que fez o Fernando Henrique, porque ele quer fazer uma reforma agrária diferente. Ele não quer dar apenas terras. Ele quer dar condições para essas pessoas que vão ganhar terra, tenham condições de produtividade. Estou de acordo nisso, com o presidente da República. Não posso concordar que pessoas que estão empregadas - no momento em que no Brasil o desemprego é a coisa mais assustadora - pessoas detentoras de cargos, inclusive, do Incra, estão convencendo pessoas na cidade para levar para assentamentos. Essas pessoas não estão contribuindo com o governo. Elas estão criando um problema para o governo. Porque o governo vai levar três anos para assentar a metade do que está à margem das rodovias. Se continuar esse trabalho de funcionários públicos, ninguém vai resolver o problema da reforma agrária. Está se criando um problema social. Está se criando um problema para o presidente da República. Está se criando um problema para o governador. Na hora em que essa pessoa chegar na casa dessa família, chega com a seguinte promessa: "Você vai ganhar tantos hectares de terra, cesta básica. Depois que você for assentado vão ter empréstimos a juros subsidiados." Coitado do trabalhador! Ele está lá ganhando um salário miserável, iludido por essa situação, vai para a margem da rodovia.

O Paraná não é medalha de ouro em invasões, mas é medalha de prata. É o segundo Estado que tem mais invasões. Os fabricantes de invasões são pessoas que deveriam conduzir essa questão com responsabilidade.

Não tenho acesso ao governador Requião, mas V. Exa., que tem, o líder do Governo, tem que levar ao conhecimento do governador. O governador não pode ser enganado. E ele está sendo enganado por funcionários públicos. Para os senhores terem uma idéia, não tenho o levantamento completo das pessoas que invadiram na última semana, no município de General Carneiro, uma fazenda do Zatta. Das empresas do município de Bituruna não tenho conhecimento, mas se na minha aconteceu, nas outras também aconteceu. Da minha empresa saíram doze funcionários, doze. Esses doze funcionários, - na minha empresa tenho um costume de, se possível, pegar funcionários de uma mesma família: o pai, a mãe e também se tiver um filho que tenha condições de trabalho, para melhorar a renda da família. Saíram doze funcionários, funcionários que tinham casa e que até tinham um carrinho velho na garagem da casa - venderam a casa, foram para baixo do barraco de lona, iludidos e enganados de que a solução é a reforma agrária, quando todos nós sabemos que por mais boa vontade que tenha o presidente da República, o governador do Estado, as autoridades que comandam este país, não vão resolver este problema.

O Sr. Dobrandino da Silva

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Nobre deputado Valdir Rossoni, realmente o seu questionamento faz sentido. Concordamos plenamente e a preocupação, na verdade, é tão grande que até o próprio presidente da República, numa entrevista que deu antes de ontem, se não me engano, para a Rede Globo, dizia que nem o presidente da República faz o que ele quer, porque existem leis, regras a serem cumpridas. E ele falou corretamente, absolutamente correto.

No governo do Estado, conversamos ainda há pouco com o secretário da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, dizia ele ao governador, atribuía ao secretário que convocasse esses membros, esses dirigentes do movimento para dizer que o governo do Estado vai tomar providências a partir da chegada dele, da sua viagem.

Então, realmente, deputado, procede o seu pronunciamento. Há uma baderna por trás disto. Na verdade, há que se dar terra para quem precisa trabalhar, mas é claro que o Brasil não tem terra, deputado, para distribuir para todos aqueles que estão desempregados. Eles estão convocando as pessoas desempregadas, pessoas bem intencionadas, estão engrossando este movimento e por trás disto tem muita gente mal intencionada. Já são notórias as áreas de terras que foram ocupadas pelo movimento e está toda arrendada. Então, é preciso que se faça urgentemente uma averiguação profunda no movimento, porque está fugindo ao controle das autoridades governamentais.

Então, V. Exa. pode ter certeza: o governo do Estado vai tomar providências e acredito que, no mesmo sentido, tomará o governo federal, visto o pronunciamento ontem do senhor presidente da República. A questão é gravíssima e não pode deixar esse pessoal fazer o inquérito.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Veja, deputado Dobrandino, não estou aqui nem fazendo críticas às declarações do Padre Roque, porque se alguém não poderia fazer essas declarações era o Padre Roque, porque ele conhece mais os assentamentos do Paraná do que nós. Agora, o Padre Roque, hoje investido de um cargo, está querendo jogar a população contra o movimento, aonde, na verdade, quem está criando o problema e o deixando mais grave ainda, são as pessoas que se intitulam representantes do governo. Há funcionários de terceiro escalão que não estão fazendo outra coisa a não ser convencer as pessoas para ir para as margens da rodovia. Isto sim, por isso que eu sou favorável a CPI, à irresponsabilidade.

Não quero fazer CPI para investigar a questão social. A questão social todos nós sabemos que é grave. Agora, convencer famílias para deixar o emprego, vender a casa e aí ir para a aventura de ganhar a terra, de ganhar uma cesta básica é, no mínimo, irresponsabilidade total de quem está fazendo isso.

Não quero citar nomes, porque acho que cabe uma investigação séria, não estou fazendo críticas, mas quero deixar aqui, ilustre líder Vanhoni, se o governador Requião não tomar medidas, não chamar a atenção de determinados funcionários, não tenho dúvida que o Requião e nem o Lula vão resolver o problema da reforma agrária! E daqui uns dias estas pessoas enganadas vão reagir e na hora que eles reagirem, não poderemos tomar outra atitude a não ser concordar com elas, porque estão sendo enganadas! Lá no assentamento em que houve a invasão, em General Carneiro, se formos fazer um levantamento, 50% das pessoas que estão lá não são pessoas oriundas da agricultura, são fabricadas no seio da cidade, no desemprego ou fazendo com que as pessoas abandonem os empregos.

Agradeço a complacência de V. Exa. mas acredito ser um assunto seriíssimo a ser debatido nesta Casa, sem tomar cores partidárias, mas acredito que o PT tem uma responsabilidade muito grande em cima dessa questão do Movimento dos Sem-Terra, porque quem está no seio do movimento, desse movimento social é o PT! E muitas pessoas estão usando o nome do PT para fazer essa aglutinação, esta chamada para invasões de terra.

Era isso, senhor presidente, e espero medidas do governador e do secretário da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, imprensa aqui presente.

Hoje gostaria de falar, senhor presidente, sobre um documento que recebemos de S. Exa. o governador Roberto Requião e que foi endereçado a todos os senhores parlamentares e também está sendo vinculado de forma estranha na televisão e nas rádios de Ponta Grossa. Isso nos assusta, deputado Vanhoni. O Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira aplaudiram, recentemente, o governador Roberto Requião no 10º Encontro Nacional das Entidades Médicas, por ele ter tido a coragem de ter fechado o curso de Medicina, em Ponta Grossa. E esse tema, curso de Medicina, já tem até se tornado chato, nesta Casa, e tem se tornado muito difícil se falar nesse assunto.

A comunidade de Ponta Grossa - e quando fala da comunidade de Ponta Grossa também fala da comunidade dos Campos Gerais, - ao ouvir essa inserção colocada pelo governo, de forma estranha na televisão me preocupa porque mais parece uma provocação do que um comunicado que o governador foi aplaudido. Por outro lado, preocupa-me porque o governante que está embutido numa função pública, não pode se auto promover. E este documento que está sendo apresentado em horário nobre da Rede Globo, em horário nobre das estações de rádio de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Ao meu ponto de vista, tem sido uma auto promoção do governo

do Estado. E pelo que eu saiba, a publicidade do governo do Estado foi cancelada recentemente por três vezes, pelo motivo que a mesma teve problemas de ordem da organização da mídia do Estado.

Então, gostaria, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Anibelli, deputado Dobrandino, de mais uma vez demonstrar aqui, a nossa preocupação com esses comunicados que estão sendo feitos e que a cada inserção colocada na TV, tem magoado ainda mais o coração do povo de Ponta Grossa. Não sei quem foi o marquetólogo do governo, se é coisa do próprio marquetólogo Roberto Requião. Mas isso tem atingido no fígado do pontagrossense e do povo dos Campos Gerais. Eu diria que é o mesmo que mandar matar alguém e depois ir chorar no velório, dizendo que está com pena daquela pessoa que morreu.

Então, senhor presidente e senhores deputados, eu, como deputado dos Campos Gerais e deputado de Ponta Grossa, sinto-me atingido por essa propaganda do Governo, que está sendo conduzida sem licitação. E já foi feito propaganda do Governo do Estado até o limite prudencial que determina a lei, fora isso passa a começar a se tornar um ato irresponsável. Estamos falando de um sentimento que a cada vez machuca mais o coração do povo de Ponta Grossa, machuca mais o coração de quem convive no dia-a-dia da nossa cidade. Então, volto a esta Casa, não quero ser chato com essa história do curso de Medicina, mas quero mais uma vez lembrar, lembrar aos marquetólogos do governador do Estado, que a inserção colocada no rádio e na TV está a atingir o coração das crianças, dos jovens, dos idosos, e o sentimento do povo de Ponta Grossa, quando o governador coloca numa auto promoção esse documento que diz, que a Associação Médica cumprimenta-o por ter fechado o curso de Medicina.

Então quero deixar esse registro aqui, porque acho que isso não faz bem ao governo. Já fechou, deixa fechado; já decidiu, está decidido. Agora, não precisa ficar sapateando em cima do que foi feito. Era isso, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito o senhor deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente e senhores deputados. Quero, aqui, aproveitar. Pretendia, em um dos horários, falar sobre a situação e a questão relacionada à questão agrária no Estado do Paraná. Só quero avisar aqui, ao deputado Rossoni, que já temos o número necessário de assinaturas para que seja formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar a questão das terras e os recursos públicos que foram investidos nos últimos 20 anos na reforma agrária no Estado do Paraná, mas, vamos apresentar, de acordo com uma conversa que tivemos com o presidente da Casa e o deputado Ângelo Vanhoni do PT,

que pediu um prazo para tentar em Brasília buscar uma solução para minimizar a situação tensa existente. Estamos aguardando mais alguns dias por esta solução e caso ela não venha, vamos protocolar na Mesa da Assembléia, para que a CPI possa acontecer e, ao mesmo tempo ser formada por representantes de todos os Partidos, para que possa ter uma posição clara, transparente e sem tendência nessa investigação que ela vai fazer.

Mas, o que me assustou foi a declaração do Padre Roque dada no sábado, dia 16 de agosto, sobre o tráfico de drogas que se infiltrou no MST, afirmou o secretário. Veja, o Padre Roque denuncia que há traficantes de drogas e de armas em assentamento no nosso Estado do Paraná. O Padre Roque, que é o representante escolhido pelo governador Roberto Requião para poder fazer toda a intermediação com as pessoas que estão invadindo, ocupando propriedades no Estado do Paraná. E o Padre Roque, com essa declaração, traz aqui um alerta, um alerta vermelho para o Estado do Paraná e para o governador do Estado, para que ele comece a cumprir aquilo que a Justiça determina. Porque toda essa situação está criada no Estado do Paraná, e um sério conflito está por acontecer no campo. Precisamos da paz no campo para que se possa produzir nas terras do nosso Estado e essa declaração do Padre Roque, realmente, traz à tona uma situação que estamos alertando há muito tempo e que a partir de agora, acredito eu, que o Padre, o governador, o governador do Estado passe a cumprir aquilo que a Justiça determina, que é o cumprimento das reintegrações de posse no Estado do Paraná.

É muito preocupante: o Padre que tem ligações, no passado, com o Movimento Sem Terra, trazer uma divulgação deste porte no nosso Estado e espero que a lei seja cumprida. Porque se a lei for cumprida, a baderna acaba, nesses locais que o Padre Roque acabou de denunciar neste final de semana.

Mas o que nos traz a esta tribuna no dia de hoje, é uma denúncia que foi feita pelo Sindicato dos Bingos, pelo seu representante, Sr. Francisco Alpendre que trouxe, na última semana, a denúncia de que os representantes dos bingos, do Sindicato dos Bingos, proprietários dos Bingos fizeram uma doação para a campanha eleitoral do senhor governador Roberto Requião. Uma polêmica que veio à tona, veio à tona no momento em que se apresentou uma fita, onde o nosso companheiro de Casa e hoje chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana faz, em público, dentro de um Bingo do Estado do Paraná, um discurso dizendo que ele, Caíto Quintana, estava ali pedindo votos - acompanhado do ex-deputado e hoje secretário da Habitação Luiz Cláudio Romanelli - a todos os servidores e funcionários daquele Bingo. Onde, ao mesmo tempo que veio à tona essa denúncia de que lá eles estiveram pedindo dinheiro para custear a campanha eleitoral - entre aspas - segundo aquilo que o deputado Caíto Quintana fala que foram recursos obtidos para sua campanha eleitoral e não para a campanha do governador.

E, em cima dessa discussão, vieram os proprietários dos Bingos trazendo à tona que doaram dinheiro sim, camisetas e santinhos. Só que, senhor presidente, no segundo turno das eleições, no momento em que a campanha dos deputados já havia sido encerrada. E em cima dessa denúncia, o Sr. Francisco Alpendre está levando ao Ministério Público, consta aqui na matéria do jornal Gazeta do Povo e protocolado, que fizeram doações, têm comprovantes dessas doações feitas para a campanha eleitoral do Sr. Roberto Requião e que, ao mesmo tempo ele, Francisco Alpendre, diz que não foi prestado conta de seu dinheiro junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Teria, o governador, feito um caixa 2 na campanha eleitoral.

Senhor presidente e senhores deputados. Estou aqui lendo a matéria que o jornal Gazeta do Povo fez, no sábado, dia 16 de agosto, onde o advogado representante dos Bingos está protocolando hoje, no Ministério Público, documentos que provam essa doação que fizeram.

Assusta-me, tudo isto, e digo a cada um de nós que temos a obrigação de investigar, porque temos a denúncia e nós, deputados representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, temos que abrir uma linha de investigação para trazer à tona toda esta discussão que está tomando conta da mídia, dos jornais e da televisão do Estado do Paraná. E em especial, por ser dos bingos. Bingos que o atual governador, Roberto Requião, que através de um decreto, mandou fechar as portas. Porque disse ele que o dinheiro dos bingos é um dinheiro pobre, é um dinheiro sujo, usado para lavagem de dinheiro.

Temos a obrigação, sim, de investigarmos a fundo toda esta situação. A denúncia está sendo feita e protocolada no Ministério Público e esta Casa de Leis tem a obrigação de fazer esta investigação para elucidar, para esclarecer a toda a população do Estado do Paraná, a todos os paranaenses sobre exatamente o que aconteceu: se o governo do Estado tem ligação com as casas de bingo ou não. Acho que este é o nosso dever.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Plauto, o deputado Caíto Quintana - como V. Exa. ou eu - poderia ter ido a uma casa de bingo e pedir a abertura para falar aos funcionários. Não sei se é verdade ou não é. Fui em tanta igreja católica e igreja evangélica, em locais honestos, campos de futebol, bares, restaurantes, em todos os lugares que V. Exa. foi. Agora, se toda denúncia partir de que é imoral e V. Exa. afirma que foi doado ao governador Roberto Requião dinheiro dos bingos, eu perguntaria a V. Exa. se V. Exa. fez um acerto político no município de Reserva para o ex-prefeito Neto e pagou 70, 80 ou cem mil reais para ter dois mil votos, se era dinheiro do bingo, seu, meu ou de alguém. Quer dizer, tudo é possível.

Conheço Reserva e sei que V. Exa. teve preferência a mim neste acerto. Não digo que eu pudesse pagar o que V. Exa. pagou. Mas, fica uma denúncia. Como V. Exa.

levanta contra o Caíto e contra o Requião, como nós perdemos alguns apoios porque alguém chegou e pagou mais. E quem chega aqui e diz que não gastou ou fez uma prestação de contas no Tribunal Eleitoral, como V. Exa., eu ou qualquer um de nós, duvido que todo mundo tenha dito - e digo aqui e não tenho medo, porque estou sendo processado no TRE porque levantaram uma mentira contra minha vida, que é limpa. E quero saber e vamos averiguar. Vamos chegar lá e ver quem gastou mais numa campanha política V. Exa., cito o município de Reserva, onde V. Exa. gastou de 80 a 100 mil para ter dois mil votos.

O Sr. Valdir Rossoni

Só para complementar, deputado Plauto, mas acho que começou a se criar uma dúvida: pegou dinheiro? Levou para o Requião? Não levou? Acho que temos que nos reunir com os deputados para estudar esta questão, porque de repente temos que trazer o deputado Caíto aqui para esclarecer, porque já tem o caixa 1, agora tem o caixa 2 - bingo. Está ficando meio folclórica, a situação.

Agora, a grande verdade, deputado Anibelli, é que esta é uma questão séria, levantada por um jornal seriíssimo, com fitas gravadas. E imagina isto: nós, governo, na mão da Oposição! Estava, a esta hora, sendo estraçalhado pelo mundo. Acredito, deputado Durval - V. Exa. que é meu líder - temos que nos reunir para estudar esta questão e ver quais as medidas que temos que tomar para esclarecer este fato. Não podemos deixar a população a esmo, sem ter estes esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Seu horário está terminado, mas dou-lhe um minuto, para concluir.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Fazendo as colocações. Deputado Anibelli, realmente toda campanha eleitoral tem custo. Custo daquele pessoal que trabalha, custo de propaganda. Na minha prestação de contas, que está lá no Tribunal Regional Eleitoral, declaro quanto custou a campanha eleitoral, quem me ajudou, quem colaborou e aonde foi aplicado. Lá está, município por município, inclusive no município de Reserva, o quanto foi que gastamos.

O Sr. Antonio Anibelli

Na minha, também.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Mas, a denúncia que está no Ministério Público, encaminhada pelo advogado representante dos Bingos, deixa claro que não há comprovante, e eles vão encaminhar ao Ministério Público. Estou relatando aqui o que está no jornal, estão protocolando no Ministério Público a denúncia de que foi doado camisetas, santinhos e dinheiro, com provas e tudo isso.

Então está lá, no Ministério Público, o Ministério Público vai investigar. E nós da Assembléia, temos que investigar também, para esclarecer essa situação, porque se não consta da prestação de contas... Fiz o pedido ao Tribunal Regional Eleitoral - que estão me entregando hoje a tarde - da prestação de contas do governador, para sabermos. Se estiver declarado na prestação de contas, é legal; agora, se não estiver declarado, é sinônimo de caixa 2.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Mas, eu posso dizer que fiz uma doação na sua campanha.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O senhor não fez, nobre deputado. Seria bom que tivesse feito!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Quem sabe se via outros amigos, não fizemos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Na outra campanha vamos pedir, só que será tudo com recibo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Comunico aos companheiros do PMDB que podem fazer ainda a inscrições no Pequeno Expediente, há ainda um horário liberado.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Mudando de assunto - e até para acalmar o debate que acho que vai acabar prosperando, porque é natural - me nego a crer que existam deputados que vão lá e fazem acertos: pega, leva, acho que isso é uma terminologia que não é mais adequada para esse debate.

Mas, venho aqui para falar sobre a questão da saúde. Amanhã o ministro Humberto Costa estará conosco, chega hoje à noite, vai assinar um convênio com o Sistema Único de Saúde para credenciar 122 novas UTI's. Atendendo um pleito do Estado do Paraná, especialmente dos municípios metropolitanos, pólos de regiões metropolitanas deste Estado, que estão um tanto quanto assoberbados em relação à questão das UTI's. Estará conosco, portanto, cumprindo o compromisso de aumentar os recursos da área da saúde, no seu Ministério e também, de manter sintonia fina com o Governo do Estado do Paraná e com os municípios que demandam esse atendimento mais especializado. Sem dúvida nenhuma, a área da saúde merece e merecerá a atenção de todos os deputados de qualquer governo, de qualquer município.

Estamos próximos de debater o Orçamento do Estado, nós tivemos - conforme declaração do governa-

dor e também estudo feito com o Conases - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - uma aplicação inadequada dos recursos em Saúde Pública, por parte do Estado do Paraná, no governo anterior. Os orçamentos Públicos, do Estado do Paraná, devem - portanto o Governo Jaime Lerner deve ao povo do Paraná 1 bilhão e 19 milhões, em Saúde Pública. Observando o caos em que se encontra esse segmento e a demanda de recursos, sem dúvida nenhuma foi um crime. Mas, nos compete, além de detectar o passado, corrigir o futuro. Só há uma forma dos deputados interferirem efetivamente, na adequação que votando o orçamento de forma a contemplar, conforme determina a Constituição, a Emenda Constitucional nº 29, agora, artigo constitucional integrando a nossa Constituição, determinando a aplicação em saúde pública de no mínimo, 2004, 12%.

12%, pois que o Governo Federal já cumpre a sua obrigação, está demandando e aumentando os recursos e os governos municipais de cidades bem administradas, já aplicam os seus índices e a prescrição.

Agora, certamente poderemos corrigir essa distorção, já há um compromisso do governador e passaremos a não considerar como gasto em saúde as despesas do IPE, conforme o governo passado fez. A área ambiental, gastos da Sanepar em saneamento, conforme o outro governo fez.

Não consideraremos como saúde despesas com Hospital Militar, pois não se trata de saúde pública, clientela aberta, mas uma clientela fechada.

Portanto, há um firme propósito deste deputado e de todos os deputados, de fazer valer o orçamento público do Estado, aquilo que a Constituição determina. E a sinalização do ministro Humberto Costa é a sinalização que teremos a atenção, sim. E os municípios poderão esperar deste parlamento e deste governo do Estado atenção na área da saúde, superando a crise.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero aproveitar esta oportunidade para registrar a presença do prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vaz, que se encontra na tribuna, prestigiando a Sessão de hoje.

Estava ouvindo atentamente o deputado Valdir Rossoni, o deputado Plauto Miró, quando levantaram questões que hoje estão envolvendo a questão agrária do nosso Estado. E também as denúncias que aconteceram agora, no final da semana passada, e que hoje a imprensa está noticiando sobre os Bingos do Estado do Paraná. E a onda de violência que tomou conta nos campos do nosso Estado, com relação às invasões de terra.

Parece que no ano passado tivemos duas invasões de propriedades rurais. E neste ano as invasões já chegam

a 30! Isso é algo preocupante. O governo tem que dizer porque ele está aqui e o que vai acontecer com os sem-terra no nosso Estado e o que vai acontecer com as decisões da justiça.

Ouvimos também o presidente da República quando deu a entrevista ao Fantástico e ele mesmo estava dizendo que está preocupado. E que na marra ninguém faz nada. E isso pode ser aplicado no Estado do Paraná também.

Já usamos a tribuna semana passada por duas ou três vezes, fazendo referência aos empresários e às empresas que estão saindo do Estado, ou que suspenderam os seus projetos de investimentos. E se somarmos os investimentos que a Renault iria fazer, aquele consórcio da fábrica de papel iria fazer aqui no interior do Estado do Paraná, mais o consórcio das empresas americana e belga que iriam fazer no aeroporto, chegamos à casa de um bilhão de dólares. Um bilhão de dólares que o Paraná não terá, em razão dos rompimentos dos contratos.

Tivemos também na semana passada, senhores deputados, o prazer de receber mais uma vez a visita do presidente da República. Ele veio a Curitiba inaugurar a Indústria Kraft, que se instalou, uma indústria potente. Aliás, o governador do Estado, Roberto Requião, quase não falou, acho até que ele se sentiu constrangido, porque quem trouxe essa indústria para cá foi o ex-governador Jaime Lerner. Naquele mesmo local funcionava uma indústria de fumos e tabaco, ela fechou, foi embora e, imediatamente, o ex-governador foi atrás de outras indústrias de alimentos no lugar de uma de cigarros. Essa é a visão que o homem público tem que ter. Hoje, parece que as coisas são diferentes: espanta-se as empresas. Alguma revista de edição mensal, aqui, no Estado do Paraná, tem edificado no seu corpo: "numa mesma lavoura se tem feito um espantinho"! Nós já falamos na semana passada que parece que no Estado do Paraná se implantou, também, mas o espantinho dos investimentos! Temos que congrega, fazer com que possamos cada vez mais agregar, porque o Paraná precisa continuar crescendo.

Temos que unir nossas forças e fazer com que o Paraná, efetivamente, continue crescendo cada vez mais, e com que o governador do Estado do Paraná abra os seus olhos. Ele precisa entender que um Estado só se desenvolve quando existe a participação da iniciativa privada. Precisamos das empresas, precisamos atrair o capital, fazer com que o Paraná cresça cada vez mais, porque, hoje de manhã, vimos no Bom Dia Brasil uma reportagem sobre a infra-estrutura que é necessário para desenvolver um Estado e, quando vem uma reportagem sobre o Porto de Paranaguá, quando mostraram que tinha dezenas e dezenas de quilômetros de fila para escoar a produção via Porto de Paranaguá; em outros portos do Brasil, efetivamente, parece que isso não está acontecendo, porque o Paraná está dotado de infra-estrutura, precisamos dotar nosso Estado cada vez mais desse trabalho e não é concebível que, de repente, nos deparemos diante dessa incerteza do desenvolvimento econômico do nosso Estado

que, hoje, está sendo ao menos implantado e se transmite para nossa sociedade.

Agradeço ao presidente. Agradeço aos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não há inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias.

Consulta às Lideranças do PL, PSL, PTS, PSB, PTB, PPB, PDT.

(**Todas Declinaram**).

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu Horário. Com a palavra o Sr. deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Queria fazer um relato do que o governo Lula tem feito no setor agropecuário, mais especificamente na agricultura familiar.

É do conhecimento de todos, inclusive da imprensa, de que no ano de 2002 o Governo Federal, o governo FHC, aportou 2,2 bilhões de reais para a agricultura familiar, para o financiamento da pequena propriedade e o governo Lula já anunciou - o dinheiro já está disponível desde o mês de julho - 5,4 bilhões, mais do que o dobro do dinheiro. É do conhecimento do povo brasileiro, do povo do Paraná também, que o governo Lula determinou que a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, pesquise preferencialmente os produtos produzidos pelo pequeno agricultor.

O governo Lula determinou para que a Conabe - Companhia Nacional de Abastecimento, adquira os produtos da agricultura familiar. Itens como o trigo, o feijão, o arroz e o milho serão adquiridos pela Conabe para estabelecer um estoque regular e também para garantir o preço mínimo, principalmente aos pequenos produtores. É portanto, senhores deputados, senhoras deputadas, já uma reforma agrária, do contrário garantindo que o pequeno continue na roça, dará atenção especial ao pequeno, o governo Lula. Isso não é novidade para nós, mas é preciso ser dito que houve de fato uma inversão de propriedades, quando o governo do ex-presidente não tinha essa atenção e agora o governo Lula tem toda a atenção para os pequenos produtores. Já é uma forma de garantir que o pequeno produtor fique na propriedade.

O que está ocorrendo hoje, infelizmente, esse volume e ocupação no Paraná e no Brasil é o reflexo da negligência que tivemos no passado. Mas, o governo Lula fará sim, a reforma agrária. Esse compromisso está assumido; o governo Lula cumprirá o seu dever e o seu compromisso de campanha.

E, com certeza, a reforma agrária será feita e ela já está sendo feita, diga-se de passagem, em função dessas determinações. A determinação vai além: o Banco do Brasil, que é o grande financiador, também tem a determinação interna para que faça com que os pequenos con-

tratos dos pequenos produtores sejam feitos da mesma forma, com a mesma atenção que um grande produtor.

Isso sim, houve uma inversão e olha lá, se tiver dificuldade de algum produtor que tenha capacidade e credenciamento e se enquadre como pequeno agricultor, se ele não tiver crédito, poderá acontecer problemas para quem está gerindo o aporte financeiro através das agências públicas, no caso do Banco do Brasil.

Inclusive, o Lula disse: "Se o dinheiro não chegar para os pequenos, correrão cabeças nas instituições que são de cargo de confiança, até caírem."

Esta é uma verdadeira mudança que existe com relação à política agrícola no Brasil. Claro que temos grandes problemas e serão enfrentados de frente. O PPA dirá já em breve o quanto será assentado de famílias neste país, já neste ano e no ano que vem.

Então, tenham a certeza que o compromisso do governo Lula com a reforma agrária sairá com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo horário destinado à Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, apenas para fazer um comunicado aos senhores deputados, no que diz respeito ao problema fundiário no Estado do Paraná.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, há questão de dez dias, com a equipe do seu ministério e percebe que a questão fundiária no nosso país é grave. MST hoje pressiona vários Estados da Federação, há acampamentos à beira das rodovias em várias cidades do nosso país, as verbas que estão destinadas este ano para a reforma agrária são insuficientes, é perto de 168 milhões de reais. Isso não dá para atender minimamente a demanda para este ano, de assentamento de famílias no nosso país.

Diante desse quadro, o presidente determinou que o ministro da Fazenda, o Sr. Antonio Palocci, fizesse todos os estudos necessários e da forma que pudesse, para que o orçamento do governo federal seja suplementado e verbas possam ser alocadas nesta área para que neste ano ainda, sejam feitas minimamente o assentamento de um número razoável de famílias em todo o Brasil.

O Paraná, neste quadro, é o Estado com prioridade para a ação do governo federal.

Então, foi como sabedor desta iniciativa, do governo federal e corroborada agora pela imprensa, quando o ministro da reforma Agrária, Miguel Rosseto, vem a público dizendo que o orçamento do próximo ano para a reforma agrária será um orçamento robusto como nunca tivemos na nossa história. Não adianta quanto será o número e também não adianta quanto será o valor que será suplementado para este ano, mas já demonstra que os estudos que estão sendo feitos na área técnica, na área

do governo federal, do ponto de vista financeiro, já estão dando os resultados que nós esperamos que brevemente possam ser anunciados à nação.

O Paraná, os senhores fiquem sabendo, que para o governo federal é prioridade do ponto de vista da solução deste problema.

Segundo as estimativas, num primeiro plano, seriam necessários para assentamento hoje, para acolher a demanda do movimento dos trabalhadores sem-terra e poder produzir um modelo de reforma agrária, não exatamente este que nós conhecemos, que está aí apenas fazendo assentamento e não dando condições para que o pequeno agricultor possa fazer uso da terra como sua grande fonte de renda e de riqueza, mas seriam necessários perto de um bilhão de reais para o ano que vem para o orçamento da reforma agrária, o que é quase que dez vezes ou sete vezes e meia o orçamento deste ano. Vamos esperar que o governo federal traga essa boa notícia.

E foi diante desse quadro, e da possibilidade de que tenhamos aqui no Paraná um volume de recursos ainda neste ano para proceder a compra de áreas para fins de reforma agrária, que fiz um apelo ao deputado Plauto Miró e ao presidente da Assembléia, o deputado Hermas Brandão, para que retarde essa discussão a respeito de uma CPI da questão fundiária aqui na Assembléia Legislativa, porque no meu entendimento e de muitos deputados, apenas uma CPI para que investiguemos os defeitos, as vicissitudes, os maus caminhos que a reforma agrária no Estado do Paraná caminhou até agora, com certeza - e acho que é de consenso de todos os deputados - não trará à luz uma solução para esse conflito. E muito mais, pode até ser um estimulador para que o conflito tome dimensões políticas, tome dimensões que não interessam em momento nenhum a causa da solução!

Então, acho que um pouquinho de paciência em relação à possibilidade de um anúncio de uma verba do governo federal ao governo do Estado do Paraná, em convênio com o Estado do Paraná para aquisição de terra, poderá dar um novo clima, uma nova razão de ser para a discussão a respeito da reforma agrária no nosso Estado.

Então, reitero mais uma vez ao deputado Plauto Miró, aos deputados que estão contemplados naquele requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, que tenham um pouco mais de paciência. Espero que, nos próximos dias, o governo federal tenha condições de fazer um anúncio que beneficia - não o Ângelo Vanhoni - a produção agrícola no Estado do Paraná. Está em jogo a tranquilidade, a segurança daqueles que estão produzindo no nosso Estado; está em jogo que esse clima de insegurança e de violência no nosso Estado e no nosso país possa ser, se não suprimido de uma forma absoluta, mas pelo menos diminuído em um processo de diálogo com uma perspectiva de realização de uma nova postura do governo federal e do governo estadual, nós possamos ter, em relação a esse aspecto que preocupa, sem sombra de dúvida, todos nós aqui no Estado.

Concedo um aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Nobre deputado Ângelo Vanhoni, quero inicialmente cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e, muito especialmente, cumprimentar também, o senhor como líder do Governo e militante assíduo e histórico no PT. A posição do presidente da República, que hoje tive a oportunidade de assisti-lo no Bom Dia Brasil, reproduzindo uma entrevista que ele deu ao Fantástico no dia de ontem, onde ele foi taxativo com relação à questão da reforma agrária, colocando que é prioridade do seu governo, que não a reforma agrária nos moldes que foi praticada até agora, porque efetivamente não basta dar a terra e sustentar o assentamento com uma cesta básica e ele viver em uma condição de miséria, o que demonstra uma consciência muito grande do presidente da República. Mas que a reforma agrária, no Brasil, não pode ser feita na marra; e que ele, como presidente da República, sabe disso e que ele tem que cumprir a lei e que efetivamente o MST também deve cumpri-la e por isso não pode se dar na marra.

O que causa bastante preocupação, não só minha mas acho que da sociedade paranaense, é que o volume de pessoas acampadas na beira da estrada, pelo menos na minha região, que é o Norte do Paraná, e nesse recesso pude visitar muito municípios, a região do Norte do Paraná é uma região onde a terra custa trinta, quarenta mil reais o alqueire, coisa que eu nunca vi! Entre cada cidade, porque são cidades muito próximas, cerca de dez quilômetros uma das outras, existem cidadãos sem-terra acampados ao longo dessas rodovias. A cada dez quilômetros temos um acampamento, o que é impressionante! Cidades que não têm tradição de invasão de terra ou de movimento para assentados.

E vejam que situação, eu conversava muito com os prefeitos, com os vereadores, eles me trouxeram essa preocupação. Eles me diziam: "Imagine, Durval, a minha cidade é uma cidade que tem muitos bóias-frias, como é que eu posso desestimular essas pessoas a irem para a beira da estrada quando a promessa é de uma cesta-básica e de dez alqueires de terra, e isso vale trezentos mil reais, é mais do que uma loteria esportiva para qualquer cidadão".

Então, criou-se um clima e até pela própria declaração do ministro - infeliz - há algum tempo, lá no Pontal do Paranapanema, que seria prioridade do governo o assentamento de quem estivesse acampado à beira da estrada ou acampado. Então, quer dizer, criou um estímulo sem precedentes para esses acampamentos e um problema para o próprio governo, porque parece-me que esta não é a posição do presidente Lula. E automaticamente, obviamente, o que esperamos, até para se respeitar o estado de direito, é que no Paraná se cumpra as desocupações de terras, principalmente quando forem em terras produtivas, porque senão você estabelece um conflito agrário sem necessidade.

Então, é claro, eu vou conversar com os deputados subscritores da CPI. Eu pessoalmente entendo que ela deva se implementar o quanto antes e não só para se

investigar a questão do MST, acho que ela tem que ser muito mais ampla, tem que se investigar, realmente, como vivem as pessoas que foram acampadas, onde elas estão, aquelas que foram acampadas há cinco, dez anos, se eles ocupam essas terras ainda ou se já passaram a terceiros. Enfim, ver a condição de cada um desses acampamentos, porque têm acampamentos que são realmente exemplares.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria de corroborar: o Estado do Paraná, nesses últimos vinte e cinco anos, assentou perto de dezesseis mil famílias em várias glebas de terras espalhadas pelo Estado inteiro. Segundo os dados que temos, do próprio MST e do Incra, de janeiro a maio, doze mil e quinhentas pessoas estão acampadas à beira das estradas do nosso Estado. Segundo o Incra e o Ministério da Reforma Agrária do nosso país, no Estado do Paraná não há mais terras que possam ser declaradas para fins de reforma agrária.

Então, estamos diante de uma situação, de um conflito existente na sociedade, porque se as pessoas, deputado Durval Amaral, saem da cidade seja cidade pequena no interior, seja a cidade de Curitiba, se as pessoas saem da cidade e vão para a beira da estrada, não que isso seja uma justificativa dessa atitude, mas é porque há um conflito social na nossa sociedade que assume o matiz que queremos dar, mas ele assume um matiz. Hoje estão à beira da estrada, podem estar à beira das cidades, à beira dos riachos, da região metropolitana de cada cidade mais crescida do nosso Estado vivendo em condições sub-humanas.

Então, é lógico que uma oferta como essa, a perspectiva de ter um lote de terra, a perspectiva de ser amparado pelo Estado, ter uma cesta-básica, não passar fome, mobiliza as pessoas porque elas estão em uma situação de vida degradante.

Então, é um problema social que o nosso País vive e que nós temos que resolver. Com certeza, eu não acredito que o método que o Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra esteja utilizando seja aquele que vá dar o resultado que eles esperam, mesmo porque não há terras improdutivas. E o governo do Estado do Paraná e o governo federal não vão permitir que as terras produtivas do nosso Estado e do nosso País sejam ocupadas pelos trabalhadores Sem-Terra, hoje, organizados à beira das estradas em todo o Brasil. O que o governo tem que fazer, tanto o estadual, quanto o federal, é apresentar uma política concreta para o conjunto da sociedade: vamos assentar este ano tantas mil famílias; no ano que vem vamos assentar tantas mil famílias; os recursos estão aqui, estão inscritos no orçamento. E nessa regra geral todos nós teremos que nos adequar, aqueles que estão no Movimento Social do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e aqueles que estão fora desse movimento.

Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma citação a respeito da morte de um homem ilustre do nosso

País. Morreu de sexta para sábado, vítima de falência múltipla dos órgãos, no Estado de São Paulo, um dos intelectuais mais valorosos da cultura e da literatura do nosso País, Haroldo de Campos. Haroldo de Campos é irmão de Augusto de Campos e junto com Décio Piatore, na década de 50, criou um dos movimentos artísticos e literários, talvez um dos mais fecundos do nosso País. Junto com o modernismo de Mário de Andrade, acho que o concretismo foi o movimento literário mais inovador, que a literatura e as artes brasileiras construíram neste século. Perdemos um grande intelectual, que além de poeta foi crítico, historiador e mais do que isso, foi um transcriador das grandes obras. Porque inventou o método de não apenas transcrever da língua grega para o português, da língua francesa para o português ou do italiano para o português. Mas utilizou e inventou o método, daquilo que na crítica literária chamamos de transcrição. Através da tradução, entendendo as diferenças da língua, do idioma, Haroldo de Campos pôde trazer uma obra nova, acrescentando um conteúdo e uma forma nova, para as obras já criadas: A Ilíada, de Homero; os Poemas de James Joyce; e assim por diante. Deixo aqui registrado, que é lamentável para a literatura e para a inteligência brasileira, a perda desse poeta, crítico, ensaísta e filósofo da língua e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero me associar à manifestação do deputado Ângelo Vanhoni, lembrando que o poeta Haroldo de Campos traduziu também à maneira moderna o livro bíblico do Eclesiastes. Em uma de suas passagens mais bonitas, ele disse uma coisa que se aplica muito aos políticos, ao meio político. Ele disse que a vaidade não deve ser cultivada - lembrando o sábio. Porque disse que as vaidades são névoas do nada. Certamente, olhando o Nosso Senhor, agora, no paraíso, o poeta terá plena certeza de que as vaidades humanas são névoas do nada.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Lembro também, que Haroldo de Campos fez o Poema do Metalúrgico no Palácio do Planalto.

Concedo a palavra Pela Ordem, ao deputado Mauro Moraes.

O SR. MAURO MORAES

Senhor presidente, estamos assumindo nesta data a liderança do Partido Liberal, nesta Casa. O Partido Liberal vai dar continuidade, o seu apoio, ao governo do Estado do Paraná, Roberto Requião. Mas sempre que necessário, quando houverem projetos polêmicos, posições antagônicas, nós levaremos a discussão para o partido, para que juntos possamos tomar uma decisão final.

Agradeço a Sua. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Fica o registro do deputado Mauro Moraes, que lidera o Partido Liberal, a partir desta data.

Concedo a palavra pela ordem, ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de registrar aqui um voto de louvor ao Mac Donald e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Ponta Grossa e do Paraná inteiro, por realizar no sábado, naquele dia muito importante, em que essa rede faz um trabalho voluntário e cede o lucro desse dia, para principalmente as crianças. Em Ponta Grossa, a Rede Feminina de Combate ao Câncer tem 47 anos, atendendo 450 pessoas, em um trabalho voluntário muito bonito, realizado pelas mulheres, senhoras, que se dedicam e fazem esse trabalho, em benefício do povo.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, eu gostaria de prestar uma homenagem, aqui, ao nosso ilustre presidente, deputado Hermas Brandão, que nos lembrava ao lado do deputado Anibelli, dos deputados muito conhecedores desta Casa, com muita experiência, da figura do deputado Anibal Khury, que sem dúvida nenhuma deixou muitas saudades a esta Casa. Tenho a satisfação de dizer que aprendi muito com ele.

Agora, o deputado Hermas Brandão, sempre defendendo os interesses desta Casa e dos parlamentares, mais uma vez demonstrou que é um dos grandes sucessores do deputado Anibal Khury, pelo seu jeito simples e, principalmente, pelo companheirismo que demonstra a nós, deputados. Dizer que estou muito feliz por ter votado no deputado Hermas Brandão, como presidente. E se nas próximas eleições ele se candidatar terá o meu voto de novo, porque acima de tudo nos momentos mais difíceis da vida, é que a gente sabe quem é o verdadeiro companheiro.

Fica esse meu agradecimento ao nosso ilustre Presidente.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Eu quero também registrar e com muito pesar o falecimento de um companheiro que foi desta Casa há muito tempo atrás, um valoroso deputado estadual que fez no passado um trabalho magnífico para que hoje esta Casa fosse o que é.

Faleceu, na cidade de Paranavaí o companheiro Edílson Alencar, esse companheiro que sempre foi ex-deputado estadual e é um companheiro que a gente tem guardado no nosso coração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero registrar a presença do vice-prefeito de Capanema, Carlinhos Carbone, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Se V. Exa. permitir eu quero acrescentar no meu pronunciamento quanto a questão das declarações do deputado Padre Roque. Eu não ouvi aqui nenhum pronunciamento fazendo a defesa das declarações do Padre Roque. Isso vai criar um problema entre esse movimento social e o governo do Estado que vai ficar insuportável.

Eu acho que chegou o momento do secretário Padre Roque, como sugestão, para que ele peça demissão, porque não é possível um homem que é presidente de uma comissão para cuidar dessa questão social no Estado do Paraná, dar uma declaração desta forma. Está criada uma situação que vai criar muita dificuldade para o governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa comunica a V. Exa, que foi pedido o horário do Grande Expediente de amanhã, mas amanhã tem Sessão Solene. Portanto, na quarta-feira tem o pedido do Grande Expediente para que o diretor do Incra, Celso Lacerda, aqui esteja, o Superintendente do Incra. Já foi feito o pedido.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos deputados Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para exercerem os cargos de líder e vice-líder da Bancada do Partido Liberal nesta Casa. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, para registrar a presença do deputado federal Abelardo Lupion que está aqui na Sessão de hoje.

Muito obrigado por sua presença. Além de ser um líder de renome no Paraná, é presidente também do PFL do nosso Estado. Na manhã de hoje tivemos uma reunião com diversas filiações, ele está procurando fortalecer o nosso Partido nos quatro cantos do Paraná. Nós, aqui da Assembléia Legislativa, nos sentimos honrados com sua presença e sua visita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos o registro.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente, necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1637, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde pelo prazo de 05 (cinco) dias, conforme atestado médico. **Deferido.** À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Respondendo ao requerimento do deputado Valdir Rossoni, solicito ao deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo nesta Casa, que no prazo de 48 horas peça informação ao Governo do Estado por que não respondeu ao requerimento do deputado Valdir Rossoni.

Se em 48 horas não tivermos resposta, esta Mesa fará novo requerimento e tomaremos as providências constitucionais.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Bartholomeu Lisboa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres

da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes - Amaras Recanto Mundo Jovem, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Em anexo Projeto de Lei nº 153/2003. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária União e Vida, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de junho e julho de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 028/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

(aa) Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual - APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no distrito de Jaracatiá e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 029/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no Distrito de Jacaratiá e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 029/2003

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no Distrito de Jacaratiá e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no município de Piên e foro no município de Rio Negro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 046/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no município de Piên e foro no município de Rio Negro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Jeep Clube de Curitiba, com sede e foro na comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 183/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Jeep Clube de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública estadual o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede no município de Curitiba e foro nesta Capital.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Missão SOS Vida, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Missão SOS Vida, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1615, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1616, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1618 e 1619, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1621 a 1624, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1625, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1626, de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1627 e 1628, de autoria da deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1630 a 1632, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1636, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1640, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, Alexandre Curi e Marcos Isfer, com apoio do deputados Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Valdir Rossoni e Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1644, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1645, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1646 e 1647, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1649, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Gostaria de lembrar aos senhores deputados que hoje, logo após o Plenário, teremos uma reunião da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Senhores deputados, lembramos que haverá reunião da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza hoje após o Plenário, convocada pelo presidente da CPI.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene em comemoração ao Bicentenário de Nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias, para terça-feira, dia 19, à hora regimental.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2003 e dos Projetos de Lei nºs 008, 028, 029, 046, 183, 314 e 344/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 054, 055, 229, 240, 247, 302, 343 e 356/2003.

E uma Sessão Solene, de outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Annibal Bianchini da Rocha, para o mesmo dia, às dezessete horas.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 297/2003**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando que a Lei de nº 10.692/93 assegura gratificação às atividades que exponham os servidores a condições de insalubridade ou periculosidade, e acatando a conclusão do Laudo Médico de nº 013/2003, elaborado pela Junta da Coordenadoria Médica, que é o órgão oficial deste Poder para emitir laudos periciais,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder aos funcionários da Coordenadoria da Gráfica, gratificação de insalubridade, no valor de trinta por cento (30%) de seus vencimentos básicos.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2003.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.07.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 298/2003**

Conceder, a MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula nº 011, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Taquígrafa "A", Ref. IV, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, período compreendido entre 09/05/97 e 09/09/2001, antecipado em razão do quinquênio anterior. O período de licença

deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada lei.

(Prot. nº 3452/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 299/2003

Conceder, a CIRLETE CARVALHO RIBEIRO, matrícula nº 40600, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 1º de julho de 1985, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21/12/97 e 21/12/2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada lei.

(Prot. nº 4632/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 300/2003

Conceder, a TOTILA GLITZ, matrícula nº 40229, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Médico N-E7, admitido em 15 de julho de 1983, licença especial de três (03) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/2002, antecipado em razão do quinquênio anterior. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada lei.

(Prot. nº 5179/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.07.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :**PORTARIA Nº 49/2003**

Conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, SÔNIA APARECIDA MATSUNO, matrícula nº 615, de noventa (90) dias, a partir de

29 de julho de 2003, término em 27 de outubro de 2003.
CID. C. 509.

(Prot. nº 5735/2003)

Gabinete da Diretoria Legislativa, em 19.08.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier, Cida Borghetti e Luiz Fernandes Litro. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, bem como os demais deputados presentes passaram ao questionamento do engenheiro Eduardo Quezada, que respondeu sobre vários aspectos relacionados ao Jogos Mundiais da Natureza, tudo conforme notas taquigráficas, em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e três, às 09h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reuniões da Presidência, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier e Cida Borghetti. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, agradeceu o empenho e a dedicação dos técnicos, passando a palavra ao engenheiro João Schneider Filho, que entregou o relatório da viagem realizada a Foz do Iguaçu e região, com a finalidade de efetuar vistoria das principais obras construídas para viabilizar a realização dos Jogos Mundiais da Natureza, apresentando um breve relato dos levantamentos efetuados, tudo conforme notas taquigráficas, em anexo. Foi ainda definida a convocação das Empresas Mecânica Pesada e Itajuí Engenharia de Obras Ltda, para o dia 18 de agosto, segunda-feira, às 17h00 e das Empresas Promolter, Mercer, Heads e Opus, para o dia 20, quarta-feira, às 10h00, na sala de reunião das Comissões. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária